

IV Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia

Está prevista para o mês de setembro do próximo ano, a realização, em Buenos Aires, da IV Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia, promovida pela Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

A primeira Reunião dessa série foi levada a efeito no mês de setembro de 1943, em Washington, sendo a segunda realizada no ano seguinte, na cidade do Rio de Janeiro e a terceira, na cidade de Caracas, em agosto de 1946.

Organizada pelo governo da República Argentina, para realização da IV Reunião Pan-Americana de Consulta, o presidente desse país já baixou decreto nomeando a Comissão que dirigiu os trabalhos preparatórios do certame.

A Reunião estarão presentes delegações de todos os países americanos, inclusive do Canadá.

O temário organizado para o certame é o seguinte:

Comitê de Geodésia: 1 — Fixação dos limites de precisão nas determinações astronômicas de latitude e longitude em pontos de LAPLACE (tendente a completar a Resolução 1.^a da III Reunião de Consulta); 2 — Análise e discussão dos métodos (ou processos) operativos empregados pelos diferentes países, durante o período de 1 de julho de 1946 a 1 de janeiro de 1948; 3 — Padronização de símbolos (Resolução n.º 6 da III Reunião de Consulta); 4 — Sessão regular com o Sub-Comitê de Gravimetria e Geomagnetismo, com o objetivo de estabelecer a maneira mais eficaz de abordar, em sua totalidade, os trabalhos geodésicos; 5 — Desenvolvimento de novos métodos, processos, instrumentos e material e comunicações sobre os estudos efetuados pelos diversos países, referentes ao comportamento dos últimos modelos de instrumentos para medições angulares de primeira ordem; 6 — Disposição dos países sul-americanos em contribuir para a conclusão das medições de um arco de meridiano transcontinental, que une as medições das Américas do Norte e Central aos arcos que atualmente se encontram em medição na América do Sul; 7 — Sessão conjunta, com o Comitê de Cartas Topográficas e Aerofotogrametria, a fim de estudar

a possibilidade do emprêgo dos processos eletrônicos nas ligações (enlaces) internacionais e nos levantamentos topográficos; 8 — Sessão conjunta com o Comitê de Levantamentos de Áreas Urbanas para o fim de estabelecer a contribuição dos trabalhos geodésicos no desenvolvimento das cidades; 9 — Consideração na conveniência da criação, dentro do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, de um Comitê encarregado da coordenação dos estudos sismológicos; 10 — Estudos dos possíveis métodos de cooperação com a União Internacional de Geodésia e Geofísica.

Sub-Comitê de Gravimetria e Geomagnetismo: 11 — Planos existentes em diversas determinações gravimétricas com pêndulos e gravímetros e considerações em torno de um programa geral de coordenação dos ditos trabalhos; 12 — Precisão a que devem satisfazer as determinações pendulares de apoio e opiniões sobre os instrumentos mais adequados para esses trabalhos e que atualmente podem ser adquiridos pelos países interessados; 13 — Disposição dos vários países para iniciar uma campanha geral de determinações da gravidade do mar; 14 — Discussão de propostas tendentes à adoção de normas internacionais para levantamentos gravimétricos e geomagnéticos, e medidas destinadas à publicação dos resultados de tais levantamentos; 15 — Consideração de um plano para a coordenação dos trabalhos magnéticos de observatório nas Américas e da adequada distribuição de ditos observatórios; 16 — Discussão de um plano para a padronização internacional de instrumentos magnéticos e intercomposição de instrumentos de países vizinhos; 17 — Discussão de programas e colaboração que ofereçam os vários países na preparação de pessoal especializado em observações geométricas e gravimétricas; 18 — Desenvolvimento de levantamentos geomagnéticos efetuados em aviões; 19 — Medidas tomadas referentes à determinação absoluta da intensidade de gravidade na América do Sul, que sirvam de ponto de referência

e de partida para as determinações relativas (Resolução n.º 31 da II Reunião da Consulta); 20 — Sessão conjunta com o Comitê de Geodésia (N.º 4 do Comitê de Geodésia).

Comitê de Cartas Topográficas e Aerofotogrametria: 21 — Triangulação e nivelamento topográfico; métodos operativos, normas de precisão e tolerância; 22 — Estudo de especificações de cartas: a) Formato de folhas; b) Numeração de folhas; c) Padronização de símbolos; d) Classificação de cartas e mapas, nomenclatura e descrição integral (tendente a completar a Resolução n.º 8 da III Reunião de Consulta); 23 — Métodos combinados para o levantamento de zonas planas (clássico e aerofotogramétrico); 24 — Processos aerofotogramétricos (aéreos e terrestres) de recente desenvolvimento; 25 — Sessão conjunta com o Comitê de Geodésia para o estudo da possibilidade do emprêgo de métodos electrónicos em levantamentos de cartas topográficas (veja-se n.º 7).

Comitê de Cartas Aeronáuticas: 26 — Discussão de guias para pilotos (tendentes a completar as Resoluções ns. 13 a 17 da III Reunião de Consulta); 27 — Discussão de manuais para pilotos e manuais de rotas, assim como de outras publicações auxiliares para a navegação aérea; 28 — Estudo e consideração das comunicações sobre a aerofotografia destinadas à confecção de cartas aeronáuticas e do ritmo de tais confecções; 29 — Consideração das comunicações e das sugestões emanadas da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), particularmente no que se refere às especificações recomendadas para as escalas 1:250 000, 1:500 000, 1:1 000 000 e menores; 30 — Considerações relativas às modificações que se julguem necessárias nas ditas cartas de tais escalas; 31 — Consideração das disposições tomadas pela ICAO no que se refere ao estabelecimento de responsabilidade das respectivas nações americanas, com referência à atualização das cartas aeronáuticas na escala de 1:1 000 000.

Comitê de Hidrografia: 32 — Discussão das resoluções adotadas pelo Serviço Hidrográfico Internacional na Conferência de Mônaco, em abril-maio de 1947; 33 — Discussão de medidas

para tornar efetivas essas resoluções por parte das nações americanas; 34 — Considerações de medidas práticas que contribuam para maior segurança da navegação; 35 — Estudo da mudança de alguns sinais e símbolos convencionais que se considere conveniente propor ao Serviço Hidrográfico Internacional, para seu emprêgo em cartas hidrográficas das Américas. (Tendente a completar a Resolução n.º 33 da III Reunião de Consulta); 36 — Estudo da hidrologia dos rios navegáveis (Tendente a cumprir a Resolução n.º 37 da III Reunião de Consulta).

Sub-Comitê de Marés: 37 — Estabelecimento de bases para a elaboração de um plano harmônico geral para o estabelecimento de uma rêde de maregrafos nas Américas e em especial na América do Sul, que inclua os trabalhos geodésicos conexos de vinculação com as distintas estações maregráficas entre si; 38 — Considerações de uma conexão das estações maregráficas do Atlântico com as do Pacífico, mediante um nivelamento de precisão por sobre a cordilheira dos Andes; 39 — Estudo comparativo de maregrafos e a possibilidade de seu emprêgo nas Américas; 40 — Sessões conjuntas com os Comitês de Hidrografia e Geodésia.

Comitê de Cartas Especiais: 41 — Estudo sobre as especificações internacionais referentes a cartas especiais, tais como as de solos, geológicas, de vegetação, demográficas, de comunicações, etc., incluindo: a) Símbolos; b) Precisão de tolerâncias; 42 — Padronização internacional de tais cartas; 43 — Consideração de medidas tomadas pelos diversos países na preparação cartográfica para o censo hemisférico de 1950; 44 — Comunicações sobre o método de preparação dos dicionários geográficos nacionais; 45 — Considerações referentes ao estabelecimento de um Comitê encarregado dos estudos relativos à reprodução de mapas e cartas; 46 — O uso e o emprêgo de materiais plásticos na confecção de cartas; 47 — O uso e o emprêgo de tipos de desenho especial na impressão de cartas.

Comitê de Levantamento de Áreas Urbanas: 48 — Considerações das comunicações especiais sobre as organizações existentes nos países americanos

que têm a seu cargo a execução de levantamento de áreas urbanas, a saber: a) Cooperação entre os governos nacionais, provinciais ou estaduais e municipais; b) Legislação existente c) Organismos responsáveis na execução e atualização de tais levantamentos; 49 — Discussão dos vários tipos de levantamentos, a fim de estabelecer o programa a ser considerado pelo Comitê; 50 — Discussão de normas técnicas para a execução dos levantamentos; 51 — Comunicações especiais sobre os métodos atuais de levantamento; 52 —

Memórias especiais sobre: a) Necessidade de levantamentos precisos em áreas urbanas; b) Tipos de levantamentos necessários para tais fins; c) Projetos de grandes alcance; d) Desenvolvimento lógico de operações dentro de uma área preestabelecida; e) Normas gerais de precisão e tolerância; f) Estado dos trabalhos em diversos países; g) Magnitude da obra a executar; h) Economias possíveis que derivam destes trabalhos e de sua atuação.

Oferta de uma Coleção do "Canadian Geographical Journal" ao C. N. G.

Sob a presidência do Dr. HÉTOR BRACET, presidente do I. B. G. E., reuniu-se o Diretório Central do Conselho a 16 de dezembro do corrente, durante a qual o Sr. EVAN BENJAMIM ROGERS, encarregado dos negócios do Canadá em nosso país, fez entrega, em nome de seu governo, de uma coleção completa do *Canadian Geographical Journal*, destinada à biblioteca do Conselho Nacional de Geografia.

Esta oferta, é para o Conselho Nacional de Geografia, uma contribuição valiosíssima aos estudos de geografia, dado o conceito que goza aquêle periódico geográfico nos meios científicos.

Ao fazer entrega daquele mensário ao Conselho, o Dr. EVAN BENJAMIM ROGERS pronunciou as seguintes palavras:

"Senhor Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Senhores Membros do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia,

No decorrer do ano de 1946 a Canadian Geographical Society fez doação de coleções completas de sua revista a algumas bibliotecas de países que haviam sido devastados pela guerra. As ofertas foram tão bem recebidas que a Sociedade decidiu fazer presente a alguns outros países, inclusive o Brasil, de um certo número de coleções do seu periódico. Pediram-me que indicasse qual a biblioteca brasileira que melhor uso poderia fazer da coleção do *Canadian Geographical Journal*. Não tive a menor hesitação em sugerir que a doação fôsse feita à biblioteca do Conselho Nacional de Geografia. Ao consultar o vosso secretário-geral,

disse-me êle que o Conselho aceitaria aquela oferta com a maior satisfação.

Falei-vos em todos êsses pequenos pormenores para explicar-vos por que razão me encontro hoje entre vós. Não é minha intenção fazer um longo discurso. Julgo, porém, conveniente dizer-vos alguma coisa sobre os objetivos da Canadian Geographical Society e sobre a história do seu *Journal*.

"Fazer com que os canadenses e os outros povos do mundo conheçam melhor o Canadá" — eis o objetivo principal da Canadian Geographical Society, fundada em 1929 como uma organização científica e educativa para estimular o conhecimento geográfico dos pontos mais distantes do Canadá, e para difundir informações sobre a geografia, os recursos e a cultura das partes mais povoadas.

Os fundadores da Sociedade estavam convencidos de que uma organização central era necessária para a ampliação e difusão de informações autênticas sobre a complexa geografia do Canadá — a extensão e variedade de seus recursos naturais e de seu cenário, a diversidade de seu desenvolvimento industrial, e o seu *background* histórico. Inspirou-nos o que certa vez disse ABRAHAM LINCOLN: "Pode-se dizer que uma nação consiste de seu território, seu povo e suas leis. O território é a única parte de certa durabilidade. Passa uma geração, outra vem, mas a terra permanece para sempre. É de primeira importância considerar e estimar devidamente essa parte da nação, que dura indefinidamente".